

1. VISÃO GERAL DA UNIDADE

1.1 Finalidade e Competências

A Secretaria de Política de Informática – SEPIN tem como atribuição formular, implementar e acompanhar políticas públicas e ações voltadas para o setor de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) no Brasil. Tais políticas têm como objetivo a capacitação tecnológica e a competitividade do setor, visando promover as atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação com o aumento da participação dos investimentos privados e a integração das instituições científicas e tecnológicas com o setor produtivo.

A SEPIN é um órgão da Administração Direta integrante da estrutura do Ministério, conforme Portaria MCT nº 756, de 3 de outubro de 2006, com as seguintes competências regimentais:

- I – propor, coordenar e acompanhar as medidas necessárias à execução da política nacional de informática e automação;
- II – propor, coordenar e acompanhar as medidas necessárias à execução das políticas para o desenvolvimento do setor de software e serviços relacionados no País;
- III – propor, coordenar e acompanhar as ações necessárias para o desenvolvimento da Internet e do comércio eletrônico no País, em conjunto com outros órgãos de Governo;
- IV – colaborar com os diversos órgãos das esferas pública e privada, visando o ingresso do País na Sociedade da Informação;
- V – participar, no contexto internacional, das ações que visem o desenvolvimento das tecnologias da informação, da Internet e do comércio eletrônico e seus reflexos, com o aumento da participação do País no cenário das novas sociedades da informação;
- VI – analisar e dar parecer às propostas de concessão de incentivos fiscais a projetos do setor de informática e automação;
- VII – articular a elaboração dos Planos Nacionais de Informática e Automação a serem submetidos ao Conselho Nacional de Informática e Automação; e
- VIII – assistir tecnicamente aos órgãos colegiados na sua área de atuação.

As TICs abrangem os segmentos de semicondutores, programas e serviços de computador, equipamentos de processamento digital de informações, automação e instrumentação e redes para comunicação, além de tecnologias emergentes como Plataformas para Internet das Coisas, Manufatura Avançada, Defesa Cibernética, etc.).

Na economia brasileira, a participação do setor no ano de 2015, de bens finais de hardware (equipamentos), teve uma redução de cerca de 27,0% (Fonte: ABINEE), em relação ao ano de 2014, como consequência da crise econômica que afetou o Brasil naquele ano.

A SEPIN propõe, coordena e acompanha programas e ações de políticas públicas e projetos, em nível nacional e internacional para o setor de TICs, com o objetivo de integrar o desenvolvimento e a utilização de produtos e serviços avançados de computação, comunicação e conteúdos digitais.

O instrumento fundamental para a realização de PD&I pelas empresas são os incentivos fiscais apoiados em ações de estímulo: à indústria local de bens e serviços; ao desenvolvimento das cadeias produtivas associadas; à capacitação e formação de recursos humanos; à consolidação e atratividade de empresas, complementado por investimentos; e compras governamentais. Tais ações visam ao fortalecimento tecnológico e inovador da indústria local, à redução do déficit da balança comercial, à geração de empregos em todo o território nacional e, principalmente, à redução do desequilíbrio social e econômico regional e à inclusão digital.

Em sua missão de formular propostas de políticas e programas de âmbito nacional relacionadas às TICs, a SEPIN tem realizado e implementado ações de programas e projetos de interesse nacional no setor. Essas ações visam fortalecer a capacitação tecnológica do setor, a geração de empregos, a criação de oportunidades de avanço tecnológico para a indústria local e o aumento das atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias digitais.

Nesse sentido, as ações organizam-se em quatro eixos:

- (a) incentivo ao desenvolvimento industrial por meio de capacitação em P&D para a indústria de hardware;
- (b) promoção de capacidade tecnológica em microeletrônica e circuitos integrados;
- (c) incentivo à competitividade com foco em inovação tecnológica para o setor de software e serviços de TI; e
- (d) coordenação e fomento de ações para o desenvolvimento da Internet e de novas demandas da sociedade e do próprio governo relativas às tecnologias da informação.

O marco legal que orienta as atribuições e responsabilidades da SEPIN na atual política tecnológica de estímulo à realização de pesquisa e desenvolvimento pelo setor produtivo de TIC é constituída pelos seguintes diplomas legais: i) Lei nº 7.232/84, Lei nº 8.248/91, Lei nº 10.176/01 e Lei nº 11.077/04 (Leis de incentivos fiscais para o setor de Informática); ii) Lei nº 9.609/98 (Lei de Software); iii) Lei nº 11.484/07, (dispõe sobre incentivos às indústrias de equipamentos para TV Digital e de componentes eletrônicos semicondutores e sobre a proteção à propriedade intelectual das topografias de circuitos integrados); e iv) Decreto Nº 4.829 (cria o Comitê Gestor da Internet no Brasil – CGIbr e dispõe sobre o modelo de governança da Internet no Brasil).

1.2 Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade

A Secretaria de Política de Informática – SEPIN é um órgão singular de abrangência nacional, criação por meio do **Decreto nº 5.314, de 17 de dezembro de 2004**, publicado no D.O.U. de 20.12.2004, revogado pelo **Decreto nº 5.886, de 06 de setembro de 2006**, publicado no D.O.U. de 8.9.2006. Seu Regimento Interno foi aprovado pela **Portaria MCT nº 336, de 12.05.2005**, publicada no D.O.U. de 16.05.2005, Seção I, pág. 5.

1.3 Organograma

A estrutura organizacional da SEPIN é composta por:

- Departamento de Políticas e Programas Setoriais em Tecnologia da Informação e Comunicação – DETIC
 - Coordenação-Geral de Microeletrônica – CGME;
 - Coordenação-Geral de Serviços e Programas de Computador – CGPC; e
 - Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação – CGTE.

O Departamento de Políticas e Programas Setoriais em Tecnologia da Informação e Comunicação – DETIC tem por finalidade subsidiar o Secretário da SEPIN na formulação de políticas e na definição de estratégias para a implantação de programas setoriais, projetos e atividades; acompanhar as medidas necessárias à execução da política nacional de informática e automação, além de participar, no contexto internacional, das ações que visem ao desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação, em temas como propriedade intelectual, serviços de tecnologia da informação, internet, comércio eletrônico e seus reflexos, com o aumento da participação do País no cenário das novas sociedades da informação.

A Coordenação-Geral de Microeletrônica – CGME é incumbida de propor, implementar, coordenar e avaliar políticas de incentivos fiscais, programas de qualidade e de avaliação de conformidade que visem o desenvolvimento do segmento de componentes, semicondutores e optoeletrônicos no País.

A Coordenação-Geral de Serviços e Programas de Computador – CGPC tem por finalidade propor, implementar, coordenar e avaliar políticas de incentivos fiscais, de fortalecimento e consolidação de micro, pequenas e médias empresas, de promoção do software livre, de programas de qualidade e de avaliação de conformidade, de capacitação tecnológica, de acesso à internet, e de desenvolvimento social, cultural e econômico que visem o desenvolvimento dos setores de serviços intensivos em tecnologia da informação e de programas de computador no País.

A Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação – CGTE tem como fim propor, implementar, coordenar e avaliar políticas de incentivos fiscais, capacitação tecnológica, produtividade e competitividade, programas de qualidade e de avaliação de conformidade e projetos que visem o desenvolvimento do setor de tecnologia da informação no País. Sua missão é estimular a capacitação em P&D no setor de tecnologia da informação, assim como o fortalecimento das empresas e das instituições científicas e tecnológicas, por meio da implementação da Lei de Informática – Lei nº 8.248/91.

1.4 Macroprocessos finalísticos

A SEPIN tem sob sua responsabilidade quatro macroprocessos finalísticos que se referem diretamente aos eixos de sua atuação. São eles:

- I. Incentivo ao desenvolvimento industrial por meio de capacitação em P&D para a indústria de hardware;
- II. Promoção de capacidade tecnológica em microeletrônica e circuitos integrados;
- III. Incentivo à competitividade com foco em inovação tecnológica para o setor de software e serviços de TI; e
- IV. Coordenação e fomento de ações para o desenvolvimento da Internet e de novas demandas da sociedade e do próprio governo relativas às tecnologias da informação.

O macroprocesso mais desafiador à Secretaria, por requerer consideráveis habilidades técnicas, o maior contingente de recursos humanos e demandar grandes esforços de negociação com o setor produtivo, instituições de ensino e pesquisa, entidades de classe e com outros órgãos da administração pública é o primeiro, relativo ao desenvolvimento tecnológico por meio de capacitação em P&D para a indústria de hardware.

O marco legal que orienta essa atuação é a Lei de Informática – Lei nº 8.248/1991, que se constitui em um mecanismo de incentivos fiscais para empresas de desenvolvimento ou produção de bens e serviços de informática e automação que exige o cumprimento de processo produtivo no País e a aplicação em atividades de P&D em tecnologias da informação. Essa aplicação pode ser realizada em instituições de ensino e pesquisa e nas próprias empresas e o cumprimento do processo produtivo requer acompanhamento da SEPIN em conjunto com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

No segundo macroprocesso, que se relaciona com a promoção de capacidade tecnológica em microeletrônica e circuitos integrados, a SEPIN tem realizado ações para formação e capacitação de profissionais em projetos e processos de componentes e dispositivos semicondutores, como os programas Brazil-IP e CI-Brasil, além de participar ativamente na atração

de novos empreendimentos produtivos no segmento de circuitos integrados através do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores (PADIS)..

A SEPIN participa do processo de implantação da TV Digital no Brasil, tendo como principal instrumento o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para TV Digital (PATVD), cuja gestão contribui para o incremento da capacitação tecnológica nacional, das instituições de pesquisa e das empresas, para o desenvolvimento de projetos de pesquisa e desenvolvimento que possam resultar em inovações tecnológicas a serem incorporadas em sistemas de tecnologias digitais para informação e comunicação.

Quanto ao terceiro macroprocesso, voltado para o incentivo à competitividade com foco em inovação tecnológica para o setor de software e serviços de TI, a SEPIN desenvolve ações para estimular a produção local, tanto para ganhos de competitividade interna quanto para inserção efetiva no mercado internacional. Esta proposta de política ativa visa à transformação do País em um pólo mundial de excelência e empreendedorismo na produção e exportação de software e serviços de tecnologia da informação.

O Programa Estratégico de Software e Serviços de Tecnologia da Informação – TI Maior, lançado em 2012, é uma das principais atuações da SEPIN com vistas a estes objetivos. O TI Maior insere-se no contexto do Plano Brasil Maior – PBM, e da Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação – ENCTI, como iniciativa para o desenvolvimento econômico e tecnológico do País. Neste ano, foi dada continuidade à formulação e à implementação de diversos programas para ampliar a indústria de base tecnológica brasileira, na produção industrial como nas atividades de PD&I.

Por fim, quanto ao quarto macroprocesso finalístico, relativo à coordenação e fomento de ações para o desenvolvimento da Internet e de novas demandas da sociedade e do próprio governo relativas às tecnologias da informação, a principal ação da Secretaria se vincula à coordenação do Comitê Gestor da Internet – CGI. A SEPIN tem o papel de coordenar o CGI e de representar o Brasil em inúmeros eventos e reuniões internacionais sobre a governança global da Internet.

A seguir, cada processo é abordado com maiores detalhes.

Macroprocessos Finalístico

I – Incentivo ao desenvolvimento tecnológico para o setor produtivo

A Lei nº 8.248/91, Lei de Informática, constitui o principal instrumento de incentivo à capacitação tecnológica e competitividade da indústria brasileira de TIC. A política para o setor de TIC, executada com respaldo dessa Lei, tem estimulado a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação e a ampliação da capacidade produtiva da indústria de bens de informática, executadas pelas empresas beneficiárias dos incentivos fiscais e pelas instituições de ensino e pesquisa em TICs do País. É oportuno esclarecer que a atual legislação de incentivos favorece as regiões de influência regionais da SUDAM e SUDENE e a região Centro-Oeste, visando a reduzir as desigualdades regionais e promover um desenvolvimento nacional mais equilibrado.

Reiterando a orientação de fortalecer o desenvolvimento tecnológico com conteúdo nacional, a Portaria MCT nº 950/2006 fixa os requisitos para a caracterização de bens de informática e automação desenvolvidos no País, conforme o disposto no art. 2º, do Decreto nº 5.906/2006, que regulamentou a Lei de Informática. Este mecanismo constitui um dos indicadores mais relevantes de capacitação tecnológica estabelecidos pela Lei de Informática e permite a avaliação do estágio de desenvolvimento nacional em relação a outros países.

O reconhecimento ao atendimento do citado regulamento pela SEPIN/MCTI permite ao bem:

- Isenção do IPI na sua venda;
- Preferência nas vendas para o setor Público Federal, conforme Decreto nº 7.174/2010; e
- Margem de Preferência em condições regulamentadas pelo Poder Executivo.

Este instrumento teve boa receptividade por parte de outros Órgãos da Administração Pública Federal, os quais aplicam as portarias de reconhecimento de bem desenvolvido o País em suas esferas de atuação. Entre eles, ressalta-se a utilização do mecanismo pelo BNDES ao disponibilizar linhas de financiamento com condições diferenciadas para a comercialização desses bens. Mais recentemente, a ANATEL divulgou Consulta Pública de regramento que prevê exigências de aquisição de bens de informática desenvolvidos no País por parte das operadoras. Há ainda o Programa Nacional de Banda Larga – PNBL/MC, o qual também prevê incentivos fiscais direcionados para as Operadoras e inclui requisitos mínimos de compras de bens de informática nos termos da Portaria MCTI nº 950/2006.

Maiores informações sobre esse tema estão apresentadas no AGRE (Anexo I).

II – Promoção de capacidade tecnológica em microeletrônica e circuitos integrados

Os componentes eletrônicos, representados principalmente pelos semicondutores e os dispositivos optoeletrônicos como os mostradores de cristal líquido (*displays LCD*), foram introduzidos definitivamente na agenda da política tecnológica e industrial no Brasil nos últimos anos. Devido ao significativo e crescente déficit da balança comercial que esses componentes representam para o País, foi identificada a necessidade de dominar o conhecimento sobre o ciclo de desenvolvimento e, para alguns componentes, dar início à sua produção no País. Também foi reconhecida como fundamental a formação e a capacitação de recursos humanos, bem como a ampliação das atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação na área.

Após o período da abertura comercial do setor na década de 1990, a quase totalidade das empresas nacionais que trabalhavam com componentes eletrônicos, especialmente semicondutores, encerraram suas operações. Desde 2002, a política adotada visa criar novamente condições para a reconstrução e implantação plena desta indústria no País, em bases competitivas globalmente e com real impacto na economia nacional, procurando replicar no Brasil a importância que esse setor tem assumido nas economias de países de alta expressão na economia mundial do conhecimento.

De acordo com o World Semiconductor Trade Statistics (WSTS), o mercado mundial de semicondutores atingiu a cifra de US\$ 335,1 bilhões em 2015, uma leve redução de 0,2% em relação aos US\$ 335,8 bilhões registrados em 2014. Para o ano de 2016, a estimativa do WSTS é de crescimento bastante moderado, cerca de 0,3%, atingindo US\$ 336 bilhões.

Conforme dados divulgados pela Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (ABINEE), o faturamento do setor eletroeletrônico previsto para o ano de 2015 é de R\$ 148,3 bilhões, com redução de 4% ao verificado no ano de 2014 (R\$ 153,8 bilhões). Em termos reais a queda será de 10%, de acordo com previsão da ABINEE.

Vários fatores contribuíram para essa redução, segundo a ABINEE, com destaque para a elevação da taxa de inflação, alcançado patamar superior a 10%; a retração do PIB em cerca de 3,8%; a elevação da taxa média de desemprego no ano superior a 7%, e cujos efeitos atingiram particularmente os segmentos de microcomputadores e aparelhos telefônicos celulares. Assim, com

consequência da crise político-econômica enfrentada pelo País em 2015 justificaria a retração do consumo e também de investimentos.

A ABINEE observa que as importações de Componentes Elétricos e Eletrônicos em 2015 totalizaram US\$ 19,185 bilhões, uma queda de 19% em relação ao ano de 2014, motivada pela redução na produção e retração do mercado interno.

Como resultado, a ABINEE estimou que a balança comercial do setor deve atingir um *déficit* de US\$ 27,4 bilhões, aproximadamente 20% inferior ao déficit de US\$ 34,6 bilhões do ano de 2014, mas ainda assim significativo e a confirmar avaliação da SEPIN (e outros órgãos de governo, como é o caso do BNDES) no sentido de que é fundamental a implantação da indústria local de microeletrônica, em bases competitivas, para que a indústria brasileira de TIC torne-se auto-sustentável, reduzindo ou mesmo eliminando sua dependência do atual modelo de incentivos para sua viabilização.

A SEPIN é responsável conjuntamente com a Secretaria do Desenvolvimento da Produção/MDIC, pela análise e aprovação de projetos do Programa PADIS.

- *Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores – PADIS:*

O Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores – PADIS foi instituído pela Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007, objetivando desenvolver atividades de pesquisa e desenvolvimento na área de projeto e de processo de fabricação de circuitos integrados e de *displays*, bem como atrair investimentos de produção desses importantes componentes eletrônicos. As empresas que invistam em atividades de pesquisa e desenvolvimento no Brasil e exerçam pelo menos uma das atividades de projeto, difusão, corte, encapsulamento e teste de semicondutores podem beneficiadas com a desoneração dos impostos e tributos federais incidentes na aquisição de máquinas, equipamentos e ferramentas destinadas ao projeto industrial, bem como a desoneração dos principais tributos incidentes nos insumos e matéria-prima para a produção de semicondutores e *displays*. As empresas beneficiárias do PADIS poderão contar também com a isenção do imposto de renda e de tributos e impostos incidentes na comercialização de circuitos integrados.

Em 2015 estavam beneficiadas pelo PADIS dezesseis empresas: duas de processamento de lâminas ou *foundries*: CEITEC S.A. (design e *foundry*) e UNITEC Semicondutores S. A; sete empresas fabricantes de memórias (DRAM E FLASH): Smart, HT Micron, Multilaser, Cal-Comp, ADATA, GIGASTONE e HBS; três empresas de projeto de circuitos integrados – IC design houses: SiliconReef, Chipus e Idea; duas empresas de painéis 16itiga16taicos: TECNO-CELLS e SUNEW; uma de dispositivos ópticos: BRPHOTONICS e a empresa FlexIC, fabricante de circuitos híbridos.

As empresas beneficiárias do PADIS encontram-se em estágios diferentes, no que refere às atividades de produção, sendo algumas:

SMART – A Smart está encapsulando memórias no Brasil desde 2005. Tendo o seu projeto PADIS aprovado em 2010. Desde 2010, a empresa tem ampliado a sua linha de produtos e em 2014 iniciou a operação das atividades de corte, encapsulamento e teste em uma sala limpa classe 10, destinada à fabricação de componentes eMCP, eMMC e LPDRAM.

HT Micron – Está em operação no País desde 2009. Em outubro de 2013, inaugurou a sua unidade fabril. A nova unidade iniciou a sua operação no segundo semestre de 2014. A empresa estará ofertando para o mercado memórias DRAM e NAND Flash.

CEITEC S.A – Primeira *foundry* do País. Iniciou as atividades de fabricação de lâminas e de *back-end* em 2013. Possui um dos maiores grupos de projeto de circuitos integrados do País. Está fornecendo ao mercado *chips* para RFID.

UNITEC – A infraestrutura fabril estava em processo de construção, incluindo a sala limpa, montada e comissionada. A operação fabril deverá ter início em 2016.

Multilaser – A empresa Mutilaser teve seu projeto aprovado no final de 2013, iniciando as suas atividades industriais a partir do 2º semestre de 2014, e a exemplo da HT Micron e Smart também atuará no segmento de memórias DRAM e NAND Flash.

TECNO-CELLS – Primeira empresa do País com projeto aprovado para produção de painéis fotovoltaicos em outubro de 2015, encontra-se em processo de implantação industrial e pretende iniciar as suas atividades industriais a partir do 2º semestre de 2016.

ADATA – A empresa teve seu projeto aprovado no mês de junho de 2015 e sua primeira habilitação na Receita Federal do Brasil em janeiro de 2016, encontra-se em processo de implantação industrial e pretende iniciar as suas atividades industriais a partir do 2º semestre de 2016.

GIGASTONE – A empresa GIGASTONE teve seu projeto aprovado em julho de 2015, pretendendo iniciar as suas atividades industriais a partir do 2º semestre de 2016.

BRPHOTONICS – Primeira empresa do País com foco em componentes semicondutores optoeletrônicos, está apta a realizar as atividades de projeto, difusão físico-química e encapsulamento de chips, teve seu projeto aprovado no final de 2015, já iniciando as suas atividades industriais a partir do 1º semestre de 2016.

SUNEW – A empresa SUNEW teve seu projeto aprovado em novembro de 2015 e encontra-se em processo de implantação industrial em Belo Horizonte / MG, onde produzirá componentes eletrônicos a filmes finos para o setor fotovoltaico, deverá iniciar as suas atividades a partir do 2º semestre de 2016.

HBS – A empresa teve seu projeto aprovado no final de 2015, encontra-se em processo de implantação industrial, pretendendo iniciar as suas atividades industriais a partir do 2º semestre de 2016.

As empresas beneficiárias do PADIS declararam em 2015 que faturaram em 2014 quase um bilhão de reais. Os investimentos totais acumulados realizados pelas empresas até o final do ano de 2014 são estimados em mais de R\$ 1,5 bilhão.

- *Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para TV Digital (PATVD):*

O Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV Digital – PATVD foi instituído pela Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007, e regulamentado pelo Decreto nº 6.234, de 11 de outubro de 2007.

Estão habilitadas no PATVD as seguintes empresas:

- ✓ Harris Soluções em comunicações do Brasil;
- ✓ Linear Equipamentos Eletrônicos S.A.;
- ✓ Sanmina-sci do Brasil Integration Ltda.;
- ✓ Screen Service do Brasil Indústria e Comércio de Produtos Eletrônicos Ltda.; e
- ✓ Superior Tecnologia em Radiodifusão Ltda.

Quase todas as empresas habilitadas já possuíam faturamento a partir de 2013, realizando investimentos em P&D a partir desse ano.

III – Incentivo à competitividade no setor de software e serviços de TI

No ano de 2015 foi dada continuidade a programas e ações que compõem o Programa Estratégico TI MAIOR. Apenas recordando os objetivos do TI Maior, este visa contribuir para a eliminação dos principais gargalos do setor, de modo que a indústria brasileira de *software* e serviços de TI aumente sua competitividade e capacidade produtiva, amplie a participação das empresas nacionais nos mercados interno e externo e, assim, torne-se uma das referências no cenário internacional. Neste ano, destacamos as seguintes iniciativas em *lato sensu* com mais detalhes dados na sequência.

- Atração e capacitação de recursos humanos;
- Empreendedorismo e inovação tecnológica;
- Cooperação internacional em temas estratégicos;
- Ecossistemas digitais e cooperação internacional;
- Ecossistemas digitais estratégicos;
- Poder de compra do estado e o desenvolvimento tecnológico;
- Ações de Centros Globais de P&D.

- ***Atração e capacitação de recursos humanos:***

No ano de 2015 a SEPIN deu continuidade às atividades do Programa Brasil Mais TI (<http://www.brasilmaisti.com.br/>). Este Programa é destinado a estimular jovens a aderirem a carreira de TI, ofertando cursos de capacitação nas tecnologias e conhecimentos mais demandados pelo mercado. Foi desenvolvida uma plataforma com um ambiente de educação virtualizado e um banco de vagas, visando o despertar vocacional dos jovens para as áreas de TI e o treinamento em habilidades básicas demandadas pelo setor. A plataforma obteve grande número de acessos e impacto significativo nas redes sociais, com divulgações em escala viral. Até dezembro de 2015, foram contabilizados mais de 380 mil cursos concluídos com mais de 195 mil indivíduos cadastrados na plataforma. A SEPIN buscou parcerias nos setores público e privado para expandir os conteúdos ofertados e estabeleceu a continuidade à parceria firmada com o MEC para fins de apoio e expansão do Programa. Da mesma forma, ampliaram-se as funcionalidades da plataforma com o aperfeiçoamento da área de oferta de currículos (banco de currículos) e oferta de oportunidades por parte das empresas.

- ***Empreendedorismo e Inovação Tecnológica:***

Dentre os principais resultados das ações orientadas pelo TI Maior, destaca-se o Programa Nacional de Aceleração de *Startups*, Programa Start-Up Brasil, que tem como objetivo apoiar empresas startups inovadoras do país e do mundo, que se utilizem de soluções de *software*, *hardware* e/ou serviços de Tecnologia da Informação, criando casos de sucesso e contribuindo assim para o desenvolvimento econômico e o aumento da competitividade brasileira nesse setor. O Programa Start-Up Brasil compreende uma série de ações coordenadas para gerar oportunidades a empreendedores organizados em empresas nascentes (*startups*), utilizando-se do conceito de aceleração de empresas, o qual prevê um apoio sistêmico que inclui as seguintes atividades:

- a) mentorado tecnológico e de negócio;
- b) capacitação em negócios;
- c) auxílio ao aperfeiçoamento do plano de negócios;
- d) recursos para o desenvolvimento de P&D;
- e) ações de exposição do negócio junto a potenciais investidores; e
- f) aporte de capital oriundo de investidores privados.

Essas ações ocorrem em parceria com aceleradoras de empresas. Estas são instituições dedicadas ao desenvolvimento de negócios nascentes de software e serviços correlatos, com apoio de curta duração (máximo de doze meses), porém intenso em conteúdos ligados a gestão de negócios e tecnologias. O Programa funciona por edições, com duração de um ano, e realiza duas chamadas públicas, uma para qualificar e habilitar aceleradoras e outra para a seleção de projetos startups, com duas rodadas semestrais. Durante os três anos de realização, o programa recebeu 2.855 inscrições e selecionou 183 empresas de 17 estados da Federação e 13 países diferentes que tiveram seus projetos apoiados com até R\$ 200 mil em bolsas do CNPq. No final do ano de 2014 foi realizado um edital para qualificação de novas aceleradoras que viriam a fazer parte do Programa. Infelizmente, por falta de recursos, não foi possível realizar a chamada de projetos pelo CNPq frustrando as expectativas dos gestores, aceleradores e empreendedores. Estão em negociações o pedido de R\$20 milhões para fins de chamada pública para apoio a 100 *startups* a ser realizada ainda no primeiro semestre de 2016.

O programa também contempla a realização de eventos (*Demo Days*) para aquelas empresas que apresentaram maior grau de maturidade, segundo metodologia desenvolvida para o Programa. Nestes eventos, as empresas têm a oportunidade de apresentar seus produtos e serviços ao público composto por investidores privados, governo e outros possíveis atores interessados. Em 2015 foram realizados dois destes eventos nacionais nos quais participaram 20 empresas. Foi realizado também o segundo “*Demo Day Internacional*”, organizado pela APEX-Brasil em parceria com o MCTI para a execução do Programa. Este evento ocorreu mais uma vez em San Francisco – EUA, e contou com a presença de 12 empresas que arcaram com suas despesas de viagens, mas receberam em contrapartida além do evento, uma semana intensa com visitas a investidores, universidades e potenciais parceiros de negócios. Além deste, realizou-se também o evento denominado “*Welcome Aboard*”. Este último evento consiste na apresentação do Programa por parte do MCTI e das aceleradoras participantes àquelas empresas que tiveram seus projetos selecionados recentemente, e inicia um rito de inserção dos novos empreendedores ao ecossistema já mobilizado pelo Programa que inclui rodadas de mentoria logo ao entrar no Programa.

Desde o início do Programa é realizado o acompanhamento do programa por meio de três indicadores identificados naquelas empresas que estão em fase de aceleração ou que concluíram esse processo, tal como mencionado abaixo:

- Quantitativo de empregados: As três primeiras turmas geraram 366 empregos diretos ao final do processo de aceleração;
- Incremento do Faturamento: Identificou-se o aumento de 96,6% (em média) no faturamento destas empresas após sua aceleração;
- Investimentos Privados: As 137 *startups* que já finalizaram a aceleração (turmas 1, 2 e 3) captaram, até dezembro de 2015, R\$ 57,5 milhões de investidores privados contra R\$ 26,9 milhões investidos pelo MCTI/CNPq (na forma de bolsas de P&D), ou seja, os investimentos privados superaram os investimentos públicos em 2,1 vezes.

Estes resultados positivos demonstram a hipótese sugerida ao início do Programa, a de que não basta conferir apoio ao P&D às empresas startups, elas necessitam de apoio ligados a modelos de negócios e de orientações tecnológicas que alinhem melhor seus produtos e serviços às necessidades de mercado. Tal hipótese confirma a viabilidade de arranjos que emulam parcerias públicas-privadas de modo a garantir uma intervenção mais eficiente do estado mesmo em ambiente econômico adverso. Todos estes resultados apresentados reforçam a importância do Programa Start-Up Brasil, tanto sob a perspectiva do estímulo ao empreendedorismo tecnológico, o apoio ao elo mais fraco na cadeia de *venture capital* (o empreendedor), a demonstração da qualidade das inovações elaboradas pelas empresas *startups* e consequentemente a geração de empregos qualificados, a atração de investimentos privados e o desenvolvimento econômico do país. Por

último, merece destaque a nomeação do Programa entre as 20 iniciativas mais inovadoras no âmbito do Governo Federal, no 20º Concurso Inovação promovido pela ENAP.

- ***Ecossistemas digitais e cooperação internacional:***

No que diz respeito às cooperações internacionais, em 2015, a SEPIN avançou com os projetos com a União Europeia (UE) e Estados Unidos da América (EUA), além de prospectar possibilidades de cooperações com outros países. Dando continuidade à parceria com a União Europeia em chamadas conjuntas, a RNP (Rede Nacional de Pesquisa e Ensino) sugeriu a realização de iniciativa em apoio à P&D cooperada entre Brasil e UE. Em 2015 foi publicado o terceiro edital que teve como linha temática o ecossistema estratégico computação em nuvem, mas incluindo aspectos de segurança, processamento de alto desempenho e plataformas experimentais. Foram selecionados 5 projetos, que receberão, ao longo de 3 anos de duração da pesquisa, 7 milhões de euros (R\$ 22.737.401,40). Os projetos que tiveram início em 2016 terão vigência até novembro de 2018.

Além das chamadas conjuntas, a SEPIN iniciou sua primeira edição do Projeto Diálogos Setoriais com a União Europeia como forma de melhorar a capacitação de seus recursos humanos no que tange a formulação de políticas públicas para a área de TIC. O Projeto visa fortalecer o diálogo, em nível governamental, em políticas públicas na área de Tecnologia da Informação e Comunicação (abrangendo tópicos diversos, como *startups*, *Big Data*, Indústria 4.0, computação em nuvem, segurança cibernética, microeletrônica etc.). A ação previu a contratação de dois peritos, um local, responsável por um mapeamento expedito das políticas públicas de TIC no contexto brasileiro, e outro europeu, responsável pelo mapeamento semelhante das políticas públicas de TIC no contexto europeu. Além disso, o projeto contempla missão técnica à União Europeia, a fim de visitar centros de P&D europeus e participar de workshops executivos, nos quais serão discutidas as políticas em ambos os contextos. O projeto prevê a contrapartida nacional em R\$ R\$ 64.208,00. Por fim, cita-se a coordenação do VIII Diálogo Brasil-União Europeia em Sociedade da Informação realizado com apoio do MRE mas conduzido pela CGPC/SEPIN. Neste foram avaliadas ações de cooperação em andamento e a discussão de novos nichos de cooperação em temas relativos a tecnologias emergentes e que incluam a participação de empresas nos futuros projetos.

No ano de 2015, a CGPC/SEPIN avançou na cooperação com os EUA, em decorrência dos desdobramentos da visita da Presidente da República àquele país. Como ação concreta de cooperação, idealizou-se a realização de Workshop em Segurança Cibernética, dividido em duas etapas. A primeira etapa teve lugar em Brasília, em dezembro de 2015, e a segunda etapa ocorrerá nos EUA, em abril de 2016. O objetivo do Workshop é aproximar acadêmicos e pesquisadores brasileiros e norte-americanos na área de segurança cibernética, estimulando sinergia entre eles, prospectando potenciais tópicos de pesquisa conjunta. Além disso, é também objetivo do Workshop angariar elementos e ideias para lançamento de chamada conjunta com os EUA no primeiro semestre de 2016, para financiar projetos de pesquisa em segurança cibernética envolvendo grupos acadêmicos dos dois lados, lançando bases para outros projetos futuros, nos quais se incluía a participação de outros atores, como empresas. Essa ação coaduna-se com a estratégia que vem sendo executada pela SEPIN, no sentido de fomentar a capacitação de recursos humanos em áreas estratégicas, promovendo a pesquisa aplicada e soluções visando ao fortalecimento do espaço cibernético nacional.

No que tange a outras ações de cooperação internacional, a CGPC/SEPIN tem avaliado demandas de cooperação de outros países e feito sugestões de colaboração, envolvendo programas executados pela Secretaria. Assim, com países da CPLP, como Moçambique, mas também outros latino-americanos, como o Uruguai e a Colômbia, sugerimos cooperação no âmbito do Programa Brasil Mais TI, no sentido de os países utilizarem a plataforma, oferecendo cursos e

também hospedando a plataforma-servidor em seus respectivos países; No âmbito do Start-Up Brasil, algumas iniciativas com países como Austrália, Argentina e Israel estão em andamento, e visam fomentar parceria entre *startups* brasileiras e internacionais, incentivar compartilhamento de boas práticas, a atração de investidores e a inserção de investidores brasileiros e até mesmo a internacionalização das empresas. Com a Coreia do Sul, foi dado início cooperação, por meio de MOU, em economia criativa e sociedade do conhecimento, e resultando em um apoio a empreendimentos nascentes em incubadoras, intermediados. Com a Holanda, iniciou-se diálogo promissor para cooperação em TIC aplicada à área de esportes, seguindo oportunidade identificado por estudo realizado sobre o ecossistema TI em esportes. Outras ações envolveram sugestões de atração de Centros Globais de P&D, diálogos sobre governança da Internet (envolvendo o CGI.br). Por fim, cita-se a participação de funcionários da SEPIN em várias reuniões de coordenação sobre temas relacionados à governança da Internet, diálogos estratégicos com países selecionados (EUA), participação em foros multilaterais relativos a tecnologia da informação, como o Fórum de Governança da Internet (*Internet Global Forum* – João Pessoa).

- ***Ecossistemas digitais estratégicos:***

- Segurança Cibernética*

Outra ação relevante de apoio ao desenvolvimento tecnológico e da inovação do país é o projeto de Segurança e Defesa Cibernética, em parceria com o Centro de defesa Cibernética - CDCIBER, do Exército Brasileiro. Este projeto prevê o desenvolvimento do ecossistema de cibersegurança por meio de tecnologias a serem apropriadas em soluções de antivírus e segurança perimetral (*firewall*), ambas com tecnologia genuinamente nacional. Além disso está prevista a instalação e/ou expansão de laboratórios para identificação e tratamento de *malware*. O projeto é uma parceria entre o MCTI e o Ministério da Defesa, tendo o Exército Brasileiro como o órgão responsável por levantar as demandas técnicas do projeto e o acompanhamento técnico, dado que este é o responsável pela ação de Defesa Cibernética prevista na Estratégia Nacional de Defesa. O projeto tem orçamento previsto de R\$11,2 milhões, já realizou a contratação das empresas nacionais responsáveis pelo desenvolvimento das soluções e teve executado 50% do valor previsto.

- ***Nuvem Acadêmica e Supercomputação - Infraestrutura Cibernética em apoio à P&D***

No ano de 2015 foram alcançados avanços significativos em dois projetos voltados para o aprimoramento da infraestrutura cibernética para apoio à P&D. O primeiro envolve a instalação de uma infraestrutura computacional de processamento de alto desempenho (PAD) com capacidade petaflopica de pico resultante do Acordo de Cooperação França-Brasil em Computação de Alto Desempenho, ratificado pelo Brasil em 11 de dezembro de 2012.

Este Acordo justificou a aquisição de um supercomputador da empresa BULL. Destaca-se que é uma das poucas empresas no mundo que dominam a tecnologia da fabricação de computadores de alto desempenho. O supercomputador brasileiro, intitulado Santos Dumont, já se encontra em operação no Laboratório Nacional de Computação Científica - LNCC, em Petrópolis. Os testes operacionais se iniciaram em abril/2015, quando a máquina foi entregue.

Na prática a máquina é composta por três núcleos distintos com diferentes focos de aplicação à disposição do Sinapad, o Sistema Nacional de Processamento de Alto Desempenho, que fornece capacidade computacional a universidades e institutos de pesquisa interligados a 100 Gbps por meio das RNP. O Santos Dumont possui capacidade instalada de processamento na ordem de 1,1 Petaflop/s (1,1 x 10¹⁵ *float-point operations per second*) e colocou o Brasil na posição 148 do ranking Top 500 de supercomputadores. Esse poder computacional fará diferença especialmente para grandes aplicações que demandam muita capacidade computacional, como: modelagem

molecular (para desenvolvimento de fármacos), engenharia aplicada à energia (sismografia do pré-sal, mas também em engenharia de materiais), meteorologia de alta resolução, nanotecnologia, química, física, astronomia, meteorologia, oceanografia e geofísica, e a própria computação (leia-se, *big data*). Verifica-se aplicações no setor de fármacos, medicina assistida por computação com aplicativos de treinamento de cirurgiões em técnicas de recomposição de aneurismas cerebrais.

O projeto inclui, também, a transferência de tecnologia da França para o Brasil, envolvendo a instalação de um Centro de Pesquisa da BULL em Petrópolis – LNCC, um Centro de Aplicações da BULL no Rio de Janeiro - UFRJ; e a fabricação de equipamento no Brasil, em parceria com o CTI/MCTI.

O segundo projeto envolve a instalação de novas infraestruturas para a computação em nuvem nas universidades, em apoio a armazenagem de bases de dados de pesquisa. Em 2014, foram instalados dois data centers, recebidos por doação da empresa Huawei, nos municípios de Recife (1,0PB) e Manaus (0,5PB), totalizando 1,5PB, cujas capacidades foram somadas à Nuvem Acadêmica desenvolvida pela RNP. O objetivo da Nuvem Acadêmica é responder às demandas de armazenamento e computação para apoiar aplicações científicas e tecnológicas no Brasil de forma eficiente, flexível, escalável e sustentável. Essa ação se consolidou em 2015, permitindo à RNP avançar nas pesquisas relativas a armazenamento em nuvem e compartilhamento de poder de processamento computacional, em complemento a rede de alta velocidade dedicada à pesquisa desenvolvida e mantida pela RNP (conforme contrato de gestão apresentado pela RNP).

- ***Poder de compra do estado e o desenvolvimento tecnológico:***

A discussão do uso de certificados de origem e tecnologia nacional advém da emergência das Leis nos 8.248/91 e 8.666/93, que buscavam, respectivamente, dotar o país de uma estrutura de tecnologias da informação avançada, assim como um regramento licitatório que estabelecesse este segmento da economia como estratégico e, portanto, privilegiado com a adoção de regras de licitação e compras públicas que beneficiassem produtos e serviços desenvolvidos no país (artigo 3º da Lei no 8.666/93). Com o advento da Medida Provisória no 495/2010, convertida na Lei no 12.349/2010, estabeleceu-se no Estatuto Licitatório a possibilidade do uso de margens de preferência para produtos e serviços resultantes de desenvolvimento e inovação tecnológica realizados no País, cabendo ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação estabelecer os requisitos e critérios para a definição dos métodos de certificação dos produtos inovadores produzidos no País (art. 2º). Este dispositivo legal possibilita que contratações de sistemas de tecnologia da informação e comunicações, por questões de segurança, sejam restritas a bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País e produzidas de acordo com o processo produtivo básico.

Não obstante a existência de regramento legal para a adoção de medidas certificadoras de tecnologia nacional em alguns segmentos de TIC, identificou-se uma lacuna no que diz respeito aos métodos e informações na área de software e serviços de tecnologia da informação. Tal lacuna resultava num grande risco regulatório para o setor privado e demais órgãos governamentais, pois o poder de compra estatal precisa se fundamentar em regras e certificações que garantam aos gestores públicos e entes privados a credibilidade necessária para sua execução. Neste sentido, desenvolveu-se tal metodologia com o envolvimento dos diversos atores da sociedade civil organizada, academia, outros órgãos de governo e empresas, com a finalidade de avaliar as melhores práticas para certificação de tecnologia nacional. Assim, em parceria com o Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer (CTI), unidade de pesquisa do MCTI, iniciou-se o projeto para a elaboração de modelo para Certificação de Tecnologia Nacional em Tecnologias da Informação e Comunicação, denominada CERTICs. A proposta de modelo de certificação foi submetida à consulta pública ao final de 2012, para alinhar-se às percepções dos diversos atores no governo, mercado e sociedade civil. A metodologia foi lançada oficialmente em junho de 2013

durante o evento com ampla participação de representantes do setor, e o processo de certificação baseado nessa metodologia vigora desde setembro desse mesmo ano, com a colaboração de uma rede de entidades avaliadoras e a validação por parte do CTI.

O Método de avaliação de parte da Metodologia CERTICS para Software foi totalmente mapeado e implantado em uma plataforma de nome CERTICSys – www.certicsys.org.br que automatiza todo o processo, desde o cadastramento da empresa, monitoramento da atividade de avaliação e dos resultados obtidos por empresas de *software*. Esta plataforma permite uma simulação do processo de avaliação, de modo a proporcionar um aprendizado para a empresa que pretende se certificar, além de indicar a possibilidade de sucesso na aprovação da avaliação. No ano de 2015, o CERTICs continuou o processo de expansão da certificação. Em janeiro de 2015 a quantidade de propostas que estavam em pré-análise eram de 49, sendo que neste mesmo mês foram concedidas 15 certificações. Em agosto o número de projetos em pré-análise (dados acumulados desde janeiro) chegava a 60 com 27 certificados concedidos.

- ***Ação de Centros Globais de P&D:***

Das ações que foram objeto desta ação em 2015 relatamos a continuidade no apoio à P&D de empresas por meio do CNPq, objeto de processo seletivo por meio de chamada pública em 2013. Hoje 05 projetos estão em andamento, com R\$7,7 milhões aplicados pelo MCTI/CNPq, além das contrapartidas das empresas estimadas em R\$21,8 milhões. Os projetos envolveram até 2015 194 pesquisadores, sendo que 59 destes são bolsistas pelo CNPq, ou seja, uma relação de 3,2 pesquisadores apoiados pelas empresas para cada bolsista apoiado pelo MCTI/CNPq. No que diz respeito ao grau de titulação dos bolsistas, verificou-se que 7% apresentam ensino técnico, 49% são compostos por graduados, 25% são mestres e 19% doutores. Em relação ao andamento dos projetos, verificou-se que os projetos em 2015 apresentavam 50% de execução e investimentos revistos pelas empresas e estimados em R\$25 milhões, e prazos dos projetos previstos para 2017. Esta ação não conta com novos recursos desde 2013 (data do edital do CNPq) sendo as atividades relativas a atração de investimentos para o país concentradas em negociações e orientações feitas em conjunto com outras instituições de governo (MDIC e APEX), junto a potenciais empresas, quanto ao uso de incentivos de leis e a possibilidade de se integrarem a programas e iniciativas em curso no âmbito da SEPIN como Start-Up Brasil, Brasil Mais TI e Cooperações Internacionais.

IV – Coordenação e fomento de ações para o desenvolvimento da Internet e de novas demandas da sociedade e do próprio governo relativas às tecnologias da informação

A Secretaria Política de informática coordena o Comitê Gestor da Internet criado por meio do Decreto nº 4823/2003. Este comitê tem a atribuição de estabelecer diretrizes estratégicas relacionadas ao uso e desenvolvimento da Internet no Brasil e diretrizes para a execução do registro de Nomes de Domínio, alocação de Endereço IP (Internet Protocol) e administração pertinente ao Domínio de Primeiro Nível “.br”. Também promove estudos e recomenda procedimentos para a segurança da Internet e propõe programas de pesquisa e desenvolvimento que permitam a manutenção do nível de qualidade técnica e inovação no uso da Internet.

O Comitê Gestor é composto por representantes do setor governamental, setor empresarial, do terceiro setor e da comunidade acadêmica, constituindo um modelo de governança pioneiro, com base nos princípios da multissetorialidade, multilateralidade, transparência e democracia. O Secretário da SEPIN coordenou o CGI e representou o Brasil em inúmeros eventos e reuniões internacionais sobre a governança global da Internet. Em 2015, a SEPIN esteve envolvida na realização do Fórum de Governança da Internet da ONU (IGF) que ocorreu em novembro de 2015, em João Pessoa, na Paraíba.

Desafios para a Gestão

I - Gestão das renúncias fiscais

O principal desafio para a SEPIN se refere à gestão das renúncias fiscais, posto que é sua atribuição regimental analisar e dar parecer às propostas de concessão de incentivos fiscais a projetos do setor de informática e automação; além de acompanhar a realização das obrigações produtivas e relativas a investimentos em P&D.

O ano de 2015 terminou com **613** empresas habilitadas aos incentivos da Lei de Informática, com previsão de faturamento da ordem de R\$ 40 Bilhões com bens incentivados e aplicação em atividades de P&D de cerca de R\$ 1,4 Bilhões e 340 Instituições de Ensino, Pesquisa e Desenvolvimento credenciadas pelo CATI, com previsão de execução de 1000 projetos de P&D em TIC, em convênio com as empresas incentivadas.

Foram analisados cerca de 230 Relatórios Demonstrativos de aplicações em atividades de P&D, em contrapartida à fruição de incentivos da lei de Informática, finalizando ao ano de 2015 com um estoque de 2.053 RDAs, pendentes de análise.

Em 2014, a SEPIN avançou em um importante aspecto para a gestão das renúncias fiscais sob sua responsabilidade. Estabeleceu uma parceria com o Centro de Pesquisa Renato Archer – CTI, baseando-se em sua ampla experiência e expertise, e elaborou um projeto para finalizar o estoque de RDAs pendentes de análise na SEPIN. O objetivo central do projeto é acabar com o estoque e desenhar e implementar um processo automatizado de avaliação dos RDAs, aumentando a rastreabilidade e diminuindo o tempo de avaliação dos RDAs. Os primeiros pareceres para validação pela SEPIN foram entregues no final de 2015 e o projeto terá duração de dois anos para finalizar as análises pendentes.

II – Elaboração de Processos Produtivos Básicos (PPBs):

A SEPIN compartilha a responsabilidade de elaborar Processos Produtivos Básicos com outros órgãos de governo, como o MDIC e Suframa. Por intermédio da elaboração de PPBs pelo GT-PPB, manteve-se o objetivo de incentivar o desenvolvimento de partes, peças e componentes no País, com foco nos componentes semicondutores fabricados no País, visando adensar a cadeia produtiva. Para tal, busca-se incluir nos PPBs a etapa de projeto (*design*) e a de *back-end*, enquanto não são realizadas no País as etapas de fabricação de componentes (*front-end* ou *founndry*).

No ano de 2015, foram publicadas 51 portarias interministeriais fixando ou alterando PPB, sendo 28 delas do setor eletrônico. **Para 2015, pretende-se continuar** o estabelecimento de medidas que venham a contribuir para o adensamento da cadeia de produtos eletrônicos e o aumento da fabricação nacional de componentes eletrônicos, principalmente semicondutores e *displays*, componentes prioritários e estratégicos integrantes do Plano Brasil Maior.

III – Coordenação do Comitê da Área de Tecnologia da Informação – CATI

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação – CATI. O CATI foi criado pelo art. 21 do Decreto nº 3.800, de 20 de abril de 2001, e mantido pelo art. 30 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, sendo coordenado pelo Secretário de Política de Informática, que representa no comitê o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, exercendo as funções de Secretário-Executivo.

Dentre as suas atribuições o CATI é competente para:

- i) deliberar quanto ao credenciamento e descredenciamento de incubadoras e instituições de Ensino e Pesquisa, para fins de habilitá-las a realizar projetos de P&D em convênio com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei de Informática;
- ii) propor o Plano Plurianual de Investimentos dos recursos destinados ao FNDCT/CT –INFO;
- iii) assessorar a Secretaria-Executiva do FNDCT na análise dos projetos a serem apoiados com os recursos do FNDCT/CT-INFO; e
- iv) assessorar o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação no Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor de Tecnologias da Informação – PADSTI, propondo as linhas de investimentos e de fomento dos recursos financeiros (resultantes de glosas de projetos de P&D após a análise dos Relatórios Demonstrativos Anuais – RDAs pela SEPIN) destinados àquele Programa, conforme o disposto nos arts. 10, 35 e 37 do Decreto nº 5.906/2006.

Em 2015, o CATI deliberou quanto ao credenciamento de 7 instituições de Ensino e Pesquisa e de 1 incubadora de empresas. O comitê realizou uma reunião presencial no mês de outubro daquele ano em que, entre outros pontos, foram debatidos a destinação de recursos do CT-INFO; avaliação de ações em curso, dentre essas a chamada de apoio aos Centros Globais de P&D em TIC, além de avaliar projetos executados em 2013 com recursos do CT-INFO.

IV – Gestão de projetos, editais e chamadas públicas

Algumas das iniciativas da SEPIN, especialmente as vinculadas ao TI Maior e ao CI-Brasil, envolvem a elaboração de editais e chamadas públicas para o apoio a projetos, atração de empresas e, até mesmo, para a seleção de organizações que colaboram para a gestão ou execução dos projetos.

Assim, um importante macroprocesso de apoio se refere à elaboração e acompanhamento desses editais e seleções, incluindo a sua elaboração, o acompanhamento técnico, orçamentário e financeiro dos projetos, bem como a articulação com as organizações parceiras, que podem tanto colaborar na execução das chamadas, como CNPq e FINEP, quanto serem selecionadas para a execução de projetos, como a SOFTEX nas iniciativas do Brasil + TI e StartUp Brasil.

V – Elaboração e aprimoramento do marco regulatório:

A SEPIN participa ativamente das discussões de novas propostas e ajustes ao marco regulatório para o setor de tecnologias da informação e comunicação.

A principal alteração do Marco Regulatório para o setor de TIC do Brasil, no ano de 2014, se deu com a aprovação da Lei nº 13.023, de 08 de agosto de 2014, a qual prorrogou o prazo dos incentivos fiscais da Lei de Informática até dezembro de 2029.

No âmbito do PADIS, em 2015 foram aprovadas duas alterações na Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007, por intermédio das Leis nº 13.159, de 10 de agosto de 2015 e nº 13.169, de 6 de outubro de 2015:

- §5º do art. 6º - *estabelece que os investimentos em P&D poderão ser realizados até 31 de março do ano subsequentes;*
- art. 5º - *estabelece que os projetos no Programa PADIS poderão ser apresentados até 31 de julho de 2020.*

Outra discussão importante que teve continuidade em 2014 e no qual a SEPIN teve importante papel junto ao CGI e outros órgãos de governo se referiu ao Marco Civil da Internet (LEI), que foi aprovado em abril de 2014, no âmbito da NETMundial.

VI – Realização e participação em seminários eventos:

O Secretário de Política de Informática representou o Brasil junto com o Ministério das Relações Exteriores em vários eventos internacionais relativos à formulação das políticas públicas de governança e administração global da Internet. Seguem abaixo os mais relevantes:

- Panel meeting: Independent Commission for the Future for Global Internet Cooperation em Rancho Mirage, Sunnylands, California, nos Estados Unidos.
- 3º World Economic Forum: official gathering of the Panel on Global Internet Cooperation and Governance Mechanisms, em Dubai, Emirados Árabes.
- Seminário organizado pela OCDE. Painel: “Políticas e Governança da Internet” em Paris, França.
- NetMundial, WEF em Genebra, Suíça.
- Internet Governance Forum em Istambul, Turquia.

No ano de 2015 a SEPIN realizou reuniões com as principais entidades de classe representativas do setor produtivo (ABINEE e P&D Brasil). Entre os temas tratados destacamos o andamento do Contencioso Brasil /União Européia/Japão que questionam junto a Organização Mundial de Comércio – OMC o modelo de políticas públicas adotado pelo Brasil para incentivar as atividades de P&D no Setor Produtivo.

A SEPIN participou também de diversos seminários, eventos e missões no exterior, visando à atração de investimentos externos. Participou e apoiou a SBMicro, realizado em Aracaju (SE), e a LatinDisplay, no Rio de Janeiro (RJ). Houve a participação em reuniões entre a empresa Qualcomm e as empresas e centros de projeto de circuitos integrados, em Santa Clara, Califórnia (EUA).

VII - Cooperação Internacional

Em termos de cooperação, em 2015, a SEPIN avançou projetos de cooperação internacional com a União Europeia e com os Estados Unidos da América (EUA), além de ter dado a início a potenciais ações de cooperação com outros países.

Dando continuidade à parceria com a União Europeia em chamadas conjuntas, no ano de 2015 foi publicado o terceiro edital conjunto, que teve como linhas temáticas a computação em nuvem, incluindo aspectos de segurança, processamento de alto desempenho e plataformas experimentais. Foram selecionados 5 projetos, que receberão, ao longo de 3 anos de duração da pesquisa, 7 milhões de euros (R\$ 22.737.401,40). Os projetos tiveram início no início de 2016 e terão vigência até novembro de 2018. Além das chamadas conjuntas, a SEPIN iniciou a primeira edição do Projeto Diálogos Setoriais com a União Europeia. O programa visa fortalecer o diálogo, em nível governamental, em políticas públicas na área de Tecnologia da Informação e Comunicação (abrangendo tópicos diversos, como startups, Big Data, Indústria 4.0, computação em nuvem, segurança cibernética, microeletrônica etc). A ação previu a contratação de dois peritos, um local, responsável pelo mapeamento das políticas públicas de TIC no contexto brasileiro, e outro europeu, responsável pelo mapeamento das políticas públicas de TIC no contexto europeu. Além disso, o projeto contempla missão técnica à União Europeia, a fim de visitar centros de P&D europeus e participar de workshops executivos, nos quais serão discutidas as políticas em ambos os contextos.

O projeto prevê a contrapartida nacional em R\$ R\$ 64.208,00. Por fim, cita-se a organização, pela SEPIN, do VIII Diálogo Brasil-União Europeia em Sociedade da Informação, quando se avaliaram as ações de cooperação em andamento e discutiram iniciativas para a melhoria da cooperação e de novos nichos, como plataformas abertas.

No ano de 2015, a CGPC/SEPIN avançou cooperação com os EUA, como desdobramento da visita da Presidente da República àquele país. Como ação concreta de cooperação, idealizou-se a realização de Workshop em segurança cibernética, dividido em duas etapas. A primeira etapa teve lugar em Brasília, em dezembro de 2015, e a segunda etapa ocorrerá nos EUA, em abril de 2016. O objetivo do Workshop é aproximar acadêmicos e pesquisadores brasileiros e norte-americanos na área de segurança cibernética, estimulando sinergia entre eles, prospectando potenciais tópicos de pesquisa conjunta. Além disso, é também objetivo do Workshop angariar elementos e ideias para lançamento de chamada conjunta com os EUA no primeiro semestre de 2016, para financiar projetos de pesquisa em segurança cibernética envolvendo grupos acadêmicos dos dois lados, lançando bases para outros projetos futuros, nos quais se inclua a participação de outros atores, como indústrias. Essa ação coaduna-se com a estratégia que vem sendo executada pela SEPIN, no sentido de fomentar a capacitação de recursos humanos em áreas estratégicas, promovendo a pesquisa aplicada e soluções visando ao fortalecimento do espaço cibernético nacional.

No que tange a outras ações de cooperação internacional, a CGPC/SEPIN tem avaliado demandas de cooperação de outros países e feito sugestões de colaboração, envolvendo programas executados pela Secretaria. Assim, com países da CPLP, como Moçambique, mas também outros latino-americanos, como a Colômbia, sugerimos cooperação no âmbito do programa Brasil Mais TI, no sentido de os países utilizarem a plataforma, oferecendo cursos e também hospedando a plataforma-servidor em seus respectivos países; Start-Up Brasil, com vistas a fomentar parceria entre startups brasileiras e internacionais, incentivar compartilhamento de boas práticas e mesmo a internacionalização dessas empresas. Com a Coreia do Sul, foi dado início cooperação, por meio de MOU, em economia criativa e sociedade do conhecimento. Com a Holanda, iniciou-se diálogo promissor para cooperação em TIC aplicada à área de esportes (com a participação de consultora da UNESCO, contratada pela SEPIN, que trabalhou sobre o tema). Outras ações envolveram sugestões de atração de Centros Globais de P&D, diálogos sobre governança da Internet (envolvendo o CGI.br). Por fim, cita-se a participação de funcionários da SEPIN em várias reuniões de coordenação sobre temas relacionados à governança da Internet, Diálogos estratégicos com países selecionados (EUA), participação em foros multilaterais relativos a tecnologia da informação, como o Fórum de Governança da Internet.